

O Brasil e a opção amazônica num mundo globalizado em que a destruição das bases naturais da vida humana castiga especialmente as classes populares do hemisfério sul

Thomas A. Mitschein¹

Jason F. Chaves²

¹ Sociólogo, Dr. phil pela Universidade de Muenster - Alemanha, desde 1992 pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos, atualmente coordena na Universidade Federal do Pará (UFPA) o Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento - Fomentando a Criação de uma moderna Civilização da Biomassa na Amazônia e é Professor do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.

² Jadson F. Chaves – Estatístico pela UFPA, Doutor pelo Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE – IUL em Métodos Quantitativos, Estatísticas e Análise de Dados, Mestre em Gestão pelo Instituto Universitário de Lisboa ISCTE – IUL e Especialista em Economia e Desenvolvimento regional pela UFPA, Pesquisador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento – UFPA.

Conquista e exploração dos territórios periféricos do mercado mundial, iniciadas pelos ascendentes impérios do *velho continente* já no século XV, foram acompanhadas pela difusão de referenciais civilizatórios eminentemente eurocêntricos que justificavam o domínio político-econômico dos colonizadores europeus. Pela parte dos povos colonizados, funcionavam, no dizer de Darcy Ribeiro (2007, p. 75) “como lentes deformadoras (...) que lhes impossibilitavam a criação de uma imagem autêntica do mundo, de uma concepção genuína de si mesmos e, sobretudo, que as cegava diante das realidades mais palpáveis.” Este processo de alienação, por sua vez a base da internalização da cultura do senhor por parte do escravo, ganhou contornos mais sólidos após a Segunda Guerra Mundial, quando, diante do desmoronamento do colonialismo da Grã Bretanha, da França da Holanda e da Bélgica e de Portugal, os novos líderes terceiro-mundistas apostavam suas fichas na inserção definitiva de suas nações emergentes na órbita da civilização industrial como suposto remédio infalível para superar as heranças malditas do seu passado colonial. Certamente, podiam escolher entre a economia de mercado de capitalismo ocidental e a economia de comando nos moldes soviéticos. Todavia, ambos os modelos, não obstante suas divergências sobre as vias a serem adotados nas viagens do desenvolvimentismo retardatário, compartilhavam o princípio de que tudo o que não se enquadrava na lógica reprodutiva da racionalidade instrumental estava atrapalhando o progresso da nação e merecidamente condenado a morrer. (Mitschein 2010) De qualquer maneira, foi a partir desta lógica generalizada que chegou-se a implantar no mundo inteiro “soluções uniformizantes (...), não hesitando em transformar a custos elevados, quando não em arruinar, os ecossistemas no propósito de torna-los aptos a receber técnicas exóticas, tais quais do Norte para o Sul” (Sachs 1986, p. 124) Contudo, tais soluções, como cabe acrescentar, encontram fatalmente o outro lado de sua moeda na acelerada destruição dos ecossistemas locais, regionais e globais que, nos dias de hoje, revela a sua dimensão dramática especialmente no âmbito da questão climática. Se os treze bilhões de gás carbônico que - de

acordo com os especialistas - os oceanos e a biomassa terrestre podem absorver anualmente forem reconhecidos e respeitados como um limite natural intransponível e se, ainda, todos os 7 bilhões de habitantes (?) desta assim chamada vila global tivessem o mesmo direito à poluição destes sumidouros, neste caso ninguém poderia emitir mais do que 1,9 toneladas. Só que, atualmente, países emergentes como a China ou a Índia já ocupam o seu lugar de destaque entre os TOP TEN dos maiores poluidores da atmosfera. E suponhamos que os 2,5 bilhões chineses e indianos emitissem per capita a mesma quantidade de CO₂ como um cidadão médio norte-americano, neste caso somente as suas emissões de dióxido de carbono chegariam a ultrapassar o volume de CO₂ que, em 2013, o conjunto dos países do planeta tinham depositado na atmosfera. No entanto, por mais que um cenário deste tipo seja um perigo para a humanidade inteira, os seus efeitos mais nefastos afetarão, sem sombra de dúvida, a população de baixa renda daqueles países do Sul que se destacam pela sua alta vulnerabilidade à efeitos de mudança climática como inundações, secas, tempestades e a elevação do nível do mar³, justificando a hipótese de que especialmente o mundo em desenvolvimento esteja correndo com botas de sete léguas na direção de um precipício.

Mas como encarar este perigo de maneira minimamente coerente no âmbito de um sistema político-econômico global que, através da acelerada internacionalização do capital produtivo e financeiro, tem assumido, desde os anos sessenta do século passado, a forma funcional de um arquipélago (Veltz 1996): Nele criam-se relações privilegiadas entre as ilhas de destaque (*global cities*) que intercambiam dia e noite informações, tecnologias e capitais com uma velocidade inédita, mas no que diz respeito aos espaços *in between*, estes, do ponto de vista de sua relevância econômica, se tornam literalmente terras afundadas. E as ilhas que não cuidarem de sua competitividade sistêmica, acabam se juntando com facilidade àqueles que já vivem dentro da água. De qualquer maneira, trata-se de um sistema implacável que, após a queda do *Muro*

³ À título de exemplo, basta mencionar a passagem do Tufão Haiyan em novembro de 2013 pelas Filipinas que, poucos dias antes da realização da *United Nations Climate Change Conference* na cidade de Varsóvia, deixou seu rastro de devastação num país insular com um PIB per capita de aproximadamente US\$ 3000.

de *Berlim*, colocou em xeque todos os modelos de regulação político e social que tinham sido estabelecidos depois da Segunda Guerra Mundial, criando no hemisfério Sul uma dramática polarização sócio-econômica entre um reduzido número de NICS que respondem por aproximadamente um quarto do PIB mundial e o grupo dos assim chamados LDCS que, parcialmente, sobrevivem através das magras contribuições da cooperação internacional.

II

Partimos do princípio de que, diante da crescente destruição das bases sócio—ecológicas em seu hemisfério, os protagonistas do Sul, estariam bem aconselhados se se lembrassem da abordagem de um Frantz Fanon (2006) que, nos anos 50 do século passado, se destacava como voz dissonante no âmbito do coro desenvolvimentista de cunho terceiro-mundista.

"Decidamos - escreve médico, psiquiatra de origem caribenha e militante da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) em sua obra principal "Os Condenados da Terra", publicado em 1961, ano de sua morte, (ibid. p. 363, 365, 366, destaque T.M.) - não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. (...) Não se deve, a pretexto de progredir, atropelar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, quebrá-lo e matá-lo. Não, não queremos alcançar ninguém. Mas queremos caminhar todo o tempo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. (...) Logo, camaradas, não paguemos tributo à Europa, criando Estados, instituições e sociedades inspirados por ela. A humanidade espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se queremos transformar a África em uma nova Europa, a América em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. Mas se queremos que a humanidade avance, se queremos levá-la a um nível diferente daquele em que a Europa a manifestou, **então é preciso inventar, então é preciso descobrir**. Se queremos responder à expectativa dos nossos povos, **é preciso dirigir-se a outro lugar, e não à Europa**."

Mas qual seria este "outro lugar"?

Só podia ser o conjunto dos territórios dos próprios (ex)colonizados que, depois da paralisia que lhes tinha sido imposta pelo colonialismo, precisavam ser revitalizados pela "caravana que não deve ser dispersada".

No entanto, por mais que a esperança do intelectual internacionalista de que a descolonização dos povos do Sul pudesse “mudar a ordem do mundo”(ibid. p.52) não tenha se concretizado; a sua abordagem sobre os *Condenados da Terra* não perdeu sua relevância numa sociedade globalizada em que a obcena acumulação de riqueza por parte de um reduzido número de protagonistas da economia mundial e a concomitante negação de condições sociais minimamente civilizatórias para a maior parcela da população mundial são as duas faces da mesma moeda. E na medida em que, na segunda década deste século XXI, a grande maioria dos *stakeholders* do arquipélago da economia global continua concentrando as suas energias em estratégias de efetivação de sua competitividade sistêmica, tentando garantir o seu lugar numa roda de *hamster*, onde sempre haverá espaço somente para poucos, neste caso cabe perguntar:

De onde será que virão as alternativas para um sistema internacional de dominação que, no dizer de Samir Amin (1993, p.444, tradução T.M.), encontra “a sua verdadeira barreira histórica no mundo polarizado que ele mesmo cria?”

Da Comunidade Europeia, dos Estados Unidos e do Japão que abrigam apenas 14% da população mundial, mas abocanham aproximadamente 54% de toda a riqueza globalmente contabilizada, vivendo, portanto, numa zona de conforto relativo que lhes permite de tratar as suas próprias discussões sobre a crise social e ambiental desta sociedade planetária “como uma controvérsia sobre o programa musical no Titanic” (Amery 2005, p.165, tradução T.M.)?

Ou será que acabam nascendo num hemisfério Sul, onde, não obstante a maldição do desenvolvimentismo mimético, não há como desfazer num toque de mágica condições socioeconômicas estruturalmente excludentes, fazendo com que, mesmo no âmbito dos *newly industrialized countries*, predominam dinâmicas políticas potencialmente explosivas e de difícil trato?

Infelizmente, não dispormos de nenhuma bola de cristal que pudesse nos dar uma resposta mais nítida à esta indagação. Mas já que, no dizer de Slavj Zizek(2011, tradução T.M.), “o novo vem sempre de onde a gente não o espera”, defendemos a hipótese de que o Brasil e os seus vizinhos andino-amazônicos pudessem exercer um papel de destaque diante deste desafio, caso os seus protagonistas políticos se conscientizarem das vantagens que a valorização de sua (ainda) extraordinária sócio- e biodiversidade pode proporcionar para os seus próprios povos dentro de um mundo cada vez mais **(des)**norteado pelo **(pre)**conceito de que “as sociedades ocidentais constituem o fim da história humana”(Morin 2013, p.31).

III

Descoberto há aproximadamente 60 anos pela técnico-burocracia do Governo brasileiro como possível alavanca para o avanço econômico da nação, o “continente amazônico” se tornou objeto de um modelo de crescimento que os seus idealizadores chamaram de *desequilibrado* e *corrigido* (Sudam 1976). *Desequilibrado* porque favorecia setores produtivos (mineração, extração madeireira, pecuária, pesca empresarial, lavouras selecionadas, indústrias eletrolíticas e eletrotérmicas), dos quais se esperava vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E *corrigido* porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios sociais e espaciais que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo. Contudo, o que a ação corretiva da *mão pública* pressupõe, além da capacidade técnica de planejamento, é ter *poder de fogo* em termos financeiros. No entanto, fatores como o pagamento dos encargos da dívida externa, baixas taxas de crescimento econômico e, certamente, o avanço das credences do fundamentalismo de mercado fizeram com que esse poder de fogo tenha minguado expressivamente. As consequências deste enredo são bem conhecidas: A devastação da extraordinária biodiversidade amazônica e a marginalização social da população regional acabaram se tornando duas faces da mesma moeda. E isto justamente num momento em que os governos dos Sete Países mais Industrializados (G7), pressionados em sua própria casa pela mobilização de crescentes movimentos da sociedade civil em torno da questão da proteção do meio ambiente, aprovaram em dezembro de 1991 o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, lançado oficialmente durante a Eco 92 no Rio de Janeiro. No entanto, mesmo considerando que os projetos do PPG7 tenham gerado insumos notáveis para a definição de opções sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais da região. Em sua essência, o Programa pouco contribuiu para a proteção das florestas amazônicas. Aliás, por uma razão bastante simples: limitava-se à experimentação de iniciativas piloto, deixando a

questão da transformação dos seus *achados* em práticas generalizadas por conta das instâncias governamentais do Brasil. Ora, estas, ao enfrentarem a duras penas os impactos nocivos da *década do desenvolvimento perdido da América Latina*, não estavam nem de longe em condições para cuidar de fato de uma Região de Dimensões Continentais. *Encurraladas* entre as imposições dos representantes do sistema financeiro global - que cobravam políticas de contenção das despesas públicas - e as reivindicações dos movimentos ecológicos do mundo inteiro - que insistiam na implementação de políticas eficazes na preservação da maior floresta tropical contínua deste planeta -, as instâncias da política brasileira encontravam-se no meio de um *fogo cruzado* entre cobranças nitidamente excludentes. Podiam atendê-las concomitantemente, caso soubessem *assobiar e chupar cana* ao mesmo tempo. Mas já que não sabiam, seguiam as receitas que vieram dos *grão-vizires* da banca internacional. Em consequência disso, se instalou na Amazônia, no decorrer da última década do século XX, uma “fronteira experimental” (B. Becker), onde inúmeros atores (inter) nacionais insistiam em testar alternativas ao vigente cenário da destruição socioambiental. Mas embaixo desta redoma artificial, via de regra, distante das raízes socioculturais dos próprios protagonistas regionais, estavam se potencializando os desequilíbrios que a forçada ocupação da Região tinha gerado, manifestando-se através de uma galopante concentração fundiária, de um *inchaço* desenfreado das áreas urbanas e de expressivas taxas de desmatamento que acabaram transformando a *hiléia* amazônica na maior emissora de gases carbônicos de todo o Brasil.

E esta situação continua em vigor! Na região inteira! Apesar do fato de que, na década passada, o Governo Federal tenha implantado uma espécie de capitalismo organizado que gira em torno da função estruturante da mão pública. Mas, obviamente, não foge das imposições de um sistema econômico global que, ao forçar todos os seus *stakeholders* de se submeter à lógica reprodutiva do vigente sistema econômico global, perpetua e aprofunda a polarização social e econômica entre as e dentro das regiões no âmbito do território nacional, deixando, conseqüentemente, a Amazônia em sua condição de refém do mencionado modelo de crescimento desequilibrado que lhe foi imposta nas últimas décadas do século passado. (Mitschein, Chaves 2013)

Contudo, este cenário deixa de ser uma fatalidade intransponível se, no dizer de Roberto Mangabeira Unger (2008, p. 1, destaque T.M.), os principais protagonistas da política nacional resolverem enxergar a reinvenção da região como uma oportunidade impar para o Brasil se reorganizar no século XXI.

"Transformando a Amazônia - escreve o intelectual brasileiro - o Brasil se transformará. (...) Hoje a discussão do destino da Amazônia serve como alavanca de pressão do mundo sobre o Brasil. Pode, porém, abrir espaço para nós no mundo. Para isso, temos de mostrar como, ao reafirmar nossa soberania na Amazônia, podemos fazê-lo a serviço não só do Brasil mas também da humanidade. Uma iniciativa nacional a respeito da Amazônia é capaz de esclarecer e de comover o país. **Presta-se a uma iniciativa de libertação nacional.** No século 19, completamos a ocupação do litoral. No século XX, avançamos para o centro-oeste. No século XXI, reconstruiremos o Brasil ao reinventar a Amazônia. O espírito da empreitada deve ser o de definir a Amazônia como vanguarda, não como retaguarda." (ibid.)

Neste contexto, defende a necessidade de aprofundar no contexto regional um zoneamento econômico-ecológico que, em sua qualidade de "tradução espacial de um pensamento econômico", precisa definir "o que pode - e deve - ser produzido onde", encaminhando, a partir daí, "a solução de todos os problemas fundiários na Amazônia" e formulando um projeto de desenvolvimento em "duas grandes vertentes: para a Amazônia já desmatada e as grandes cidades (onde se concentra ainda mais do que em outras regiões do país, a maior parte da população) e para "a Amazônia onde a mata permanece em pé". (ibid.)

No que diz respeito à "Amazônia já desmatada", recomenda "aproveitar esse espaço para inovar, construindo na agricultura familiar, na pequena indústria e nos serviços um modelo econômico que não repita os erros do passado brasileiro" e, concomitantemente, prioriza a criação de uma relação sinérgica entre "indústrias de ponta, "pós-Fordistas" (que) podem produzir, de maneira, não padronizada, máquinas e insumos que a retaguarda de empreendimentos menores e mais atrasados consigam usar."(ibid.)

E quanto à "Amazônia onde a mata permanece em pé", ele destaca a necessidade imperiosa de institucionalizar regimes de tributação que fazem com que a floresta em pé valha mais do que a floresta derrubada, incentivando iniciativas que dizem respeito à organização da "prestação dos serviços

ambientais" e em investimentos maciços no aproveitamento tecnológico da biodiversidade.

Nestes termos, a proposta de Mangabeira Unger vem ao encontro com o paradigma do eco-desenvolvimento (Sachs 2006) que defende o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática para a produção de alimentos humanos, rações para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção e insumos para os mais diversos setores indústrias e, ainda, aborda, os ecossistemas intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as necessidades da reprodução humana. Ou seja, insiste na criação de uma moderna civilização da biomassa, por sua vez a melhor alternativa à maldição da "transposição mimética da civilização europeia" nas terras tropicais (ibid. p. 389).

No entanto, uma empreitada deste tipo não rima com uma política econômica nacional que reserva a setores como educação, saúde, saneamento, ciência e tecnologia, gestão ambiental, agricultura, organização agrária e indústria menos do que 10% do Orçamento Geral da União, mas destina em torno de até 45% ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública do país, suscitando, assim, "uma brutal transferência de recursos públicos ao setor privado, nacional e internacionalmente" (Fatorelli 2012).

De qualquer maneira, o que estes dados mostram é que os principais protagonistas da política brasileira preferem evitar conflitos e contendas com os *stakeholders* daqueles bancos nacionais, estrangeiros e investidores internacionais que, junto com as seguradoras, detêm 62% do estoque da dívida pública brasileira⁴.

Adotam, assim, uma postura pouco surpreendente numa situação, em que os mercados financeiros, devido ao seu baixo nível de regulação e ao seu próprio tamanho, estão dando as cartas no âmbito da economia global. Mas ao fecharem os olhos diante da imperiosa necessidade do país redefinir as modalidades de pagamento de sua dívida pública mobiliária não apenas deixam as instancias do

⁴ Segundo o economista Adriano Benayon (2013), as despesas com os serviços da dívida somaram de 1988 até o presente "a colossal quantia de R\$ 10 trilhões em preços atualizados", um montante que representa aproximadamente o dobro do PIB do Brasil de 2010.

estado literalmente de mãos atadas diante das acumuladas mazelas sociais e ambientais em todo o território nacional, colocando em risco a possibilidade da sociedade brasileira alcançar um futuro social, econômico e ecológico minimamente sustentável. Ao mesmo tempo, acabam subestimando de forma surpreendente o virtual poder de barganha que está ligado ao fato do Brasil abocanhar dois terços da Bacia Amazônica, por sua vez um dos principais celeiros da bio- e sociodiversidade deste planeta.

Mas o que fazer para transformar este poder virtual numa realidade palpável?

A resposta à esta indagação nós parece óbvia! Torna-se indispensável de conceber e viabilizar um programa sólido e convincente que, no dizer de Mangabeira Unger, faz do **"soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira parte do século 21"** (ibid. p.1, destaque T.M.),

--- transmitindo com clareza para a sociedade nacional que a transformação das áreas já desmatadas - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km² - num espaço de inovação técnico-econômica em torno da elevação sistemática da "produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e das águas" (Sachs 2006, p. 231), proporcionará ao Brasil a oportunidade de criar o embrião de uma moderna civilização da biomassa, pelo seu turno insumo de suma importância para iniciar a revisão de um modelo de acumulação que desperdiça de forma estrondosa as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais **em todas** as regiões do território nacional;

--- formando com os seus vizinhos latino-americanos um bloco de cooperação regional que esteja determinado para se afirmar no jogo das relações geopolíticas e geoeconômicas em nível internacional através da criação de instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, meios de comunicação independentes, um inteligente sistema de segurança militar e da ampliação das capacidades técnico-científicas dos seus membros associados e

--- mostrando aos protagonistas de um mundo globalizado cada vez mais sujeito à destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que a atuação brasileira/sulamericana em suas regiões tropicais privilegiará a preservação dos extraordinários serviços ambientais que as suas florestas estão gerando em benefício da humanidade toda.

IV

Não vendemos gato por lebre. Temos uma noção bastante clara do fato de que que, atualmente mais do que nunca, o *mainstream* da política brasileira está separada por distâncias oceânicas de uma estratégia que pudesse visar a preparação das bases para viabilizar uma original civilização da biomassa na Amazônia nos moldes levantados. Contudo, se, mesmo assim, insistirmos na intensificação do debate sobre esta opção é porque compartilhamos a ideia de Bertolt Brecht de que o mundo contemporâneo pode ser descrito para as mulheres e os homens de hoje somente como um mundo mutável. Embora esta colocação do escritor alemão esteja valendo para classes subalternas desta assim chamada vila global inteira, ela tem um sentido especial para a população de uma Amazônia que, no decorrer das cinco décadas passadas, tem se encontrada literalmente entre a cruz e a espada. Finalmente, vive num *habitat* que tem sido abordado na época da implementação do mencionado modelo de crescimento desequilibrado como área de suporte ao progresso econômico da nação e, pelo PPG7, como reserva biogenética a ser preservada pelo bem das futuras gerações da terra toda. Ambos os referenciais que acabaram transformando a maior floresta tropical do planeta num simples meio para alcançar um determinado fim, por sua vez, alheio aos anseios originários da maior parte dos próprios amazônidas, são elementos integrais de uma civilização ocidental que, presa na armadilha de um saber que tem renunciado ao sentido através da substituição do conceito pela fórmula (Adorno, Horkheimer 2006), passa longe do imperativo categórico de estabelecer uma relação mais equilibrada entre economia e ecologia em nível planetário.

Diante deste quadro global virtualmente catastrófico, fazemos questão de encerrar esta abordagem com a seguinte colocação do jornalista britânico George Monbiot (2019, destaque T.M.)

“Our system – characterized by perpetual economic growth on a planet that is not growing – will inevitably implode. The only question is whether the transformation is planned or unplanned. Our task is to ensure that it is planned, and fast. We need to conceive and build a new system, based on the principle that every generation, everywhere has an equal right to enjoy wealth.”

Referencias

Adorno, Horkheimer: A dialética do esclarecimento, ZAHAR, São Paulo 2006.

Fanon, F.: Os Condenados Da Terra. Prefácio de Jean Paul Sartre, EDITORA U F J F, Juiz de Fora 2006.

Fatorelli, M. L.: A inflação e a dívida pública, in: Le Monde Diplomatique, Ano 4, Número 64, junho 2011

Fearnside, P.: A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais, INPA, Manaus 2003.

Fatorelli, M. L.: A inflação e a dívida pública, in: Le Monde Diplomatique, Ano 4, Número 64, junho 2011

Fearnside, P.: A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais, INPA, Manaus 2003.

Mangabeira Unger, R.: Projeto Amazônia - Esboço De Uma Proposta, Belém 2008.

Mitschein, T. A.: O Direito à Diversidade Socioambiental como Utopia Andino-Amazônica no Século XXI, in: Mitschein, T. A.(org.): Série Debate – Barbárie ou O que? Sobre o futuro da espécie humana no século XXI, NUMA-UFPA, Belém 2010.

Mitschein, T. A.; Rocha, G.; Dias, C.: Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia: O Futuro Ameaçado do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA), NUMA-UFPA, Belém 2012

Mitschein, T. A.; Chaves, J. F.: O Direito à Cidade na Floresta Amazônica, in: Mitschein, T. A.; Gilberto de Miranda Rocha, Mario Vasconcelos Sobrinho: O Direito à Cidade na Floresta Amazônica, UFPA/NUMA, Belém 2013

Mitschein, T.M. A reinvenção da Amazônia - Divisor de águas para o futuro do Brasil e seus vizinhos latinoamericanos, IEMCI-UFPA, Belém 2015

Mitschein, T., A.: Os povos colonizados. A Via Nãocapitalista Ao Desenvolvimento Industrial E O Legado De Frantz Fanon Para O Hemisfério Sul, UFPA/IENCI, Belém 2015

Monbiot, G.: Only Rebellion will prevent na ecological apocalypse, in: The Guardian, 15.4. 2019

Morin, E.: Entrevista. O future da humanidade, in: Le Monde Diplomatique, rasil, Ano 6, Número 65, dezembro 2012

Ribeiro, D.: As Américas e a Civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos, Companhia das Letras, São Paulo 2007.

Sachs, I.: Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir, CORTEZ EDITORA, São Paulo 1986

Sachs, I.: Rumo À Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento, Vertice, São Paulo 2006

SUDAM: II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia, Ministério do Interior, Belém 1976

Veltz, P.: Mondialisation, villes, territories: une économie d'archipel, PUF 1996